

COMO APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DEFINEM A AGENDA PRIVATISTA NA POLÍTICA EDUCACIONAL EM MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL (2021-2024)?

HOW PRIVATE APPARATUSES OF HEGEMONY DEFINE THE PRIVATIZATION AGENDA IN EDUCATIONAL POLICY IN MUNICIPALITIES OF SOUTHERNMOST BRAZIL (2021-2024)?

Leonardo Dorneles Gonçalves¹

<https://orcid.org/0000-0001-8093-8493>

Francine Sotter Studinski²

<https://orcid.org/0009-0002-6308-9615>

Debora Pintanel Dias Ossanes³

<https://orcid.org/0009-0008-2717-3637>

Resumo:

O trabalho apresenta as formas como Aparelhos Privados de Hegemonia exercem influência na política educacional em municípios do extremo sul do Brasil (2021 e 2024). O estudo deriva de uma pesquisa que analisa a atuação de agentes privados na educação básica dos municípios de Rio Grande (RS) e de São José do Norte (RS), evidenciando o avanço da privatização na educação em contexto de crise do capitalismo, agravado pela pandemia de Covid-19. Os pressupostos metodológicos estão ancorados em uma abordagem qualitativa e podem ser traduzidos enquanto uma pesquisa exploratória realizada pela interação e por buscas na internet, com técnicas de coleta de dados em sítios eletrônicos oficiais. Assim, identificam-se temas como empreendedorismo e inovação, o que revela a influência de Aparelhos Privados de Hegemonia pró-capital na definição da agenda da educação. Os resultados apontam para a crescente presença do setor privado junto à educação dos municípios estudados, notadamente do “Sistema S”, o qual se destaca como um sujeito cada vez mais atuante junto à definição da agenda em torno das políticas educacionais.

Palavras-chave: Aparelhos Privados de Hegemonia. Política Educacional. Extremo Sul do Brasil.

Abstract:

The study examines how Private Apparatuses of Hegemony exert influence on educational policy in municipalities located in the far south of Brazil (2021–2024). It is based on research that analyzes the role of private actors in basic education in the municipalities of Rio Grande/RS and

¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, vinculado ao Instituto de Educação e ao Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEd e líder do Grupo de Estudos em Políticas Educacionais – Geducação (FURG/CNPq), Rio Grande/RS, Brasil.

² Estudante de Letras – Português na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e bolsista do Grupo de Estudos em Políticas Educacionais – Geducação (FURG/CNPq). Rio Grande/RS, Brasil.

³ Mestranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEd, professora da rede municipal de ensino em Rio Grande/RS e pesquisadora do Grupo de Estudos em Políticas Educacionais – Geducação (FURG/CNPq), Rio Grande/RS, Brasil.

São José do Norte/RS, highlighting the advance of privatization in education within the broader context of capitalist crisis, further exacerbated by the Covid-19 pandemic. The methodological framework is grounded in a qualitative approach and can be characterized as exploratory research conducted through internet-based interactions and searches, employing data collection techniques from official electronic sources. This process led to the identification of themes such as entrepreneurship and innovation, revealing the influence of pro-capital Private Apparatuses of Hegemony in shaping the educational agenda. The findings point to the increasing presence of the private sector in the education systems of the municipalities studied, notably the "S System" (Sistema S), which emerges as an increasingly active actor in defining the educational policy agenda.

Keywords: Private Apparatuses of Hegemony; Educational Policy; Extreme South of Brazil

INTRODUÇÃO

Desde a crise capitalista de 2008 e do seu agravamento com a pandemia de Covid-19, temos convivido com uma radical ampliação dos processos de privatização na educação brasileira, operada por meio do protagonismo de aparelhos de ação política empresarial (Casimiro, 2018) na definição da agenda da educação para o país, com explícitos interesses mercadológicos. Assim, tendo as relações sociais e a produção assumido novos contornos estruturantes, temas como empreendedorismo, inovação tecnológica e competências socioemocionais e habilidades digitais têm ganhado destaque, sendo constantemente difundidos por sujeitos privados para estudantes e professores(as) da educação básica, o que nem sempre é acompanhado de devida transparência por parte do poder público.

Sendo assim, este trabalho apresenta os resultados da pesquisa cuja origem dos dados coletados são os sítios eletrônicos de duas prefeituras do Rio Grande do Sul, quais sejam, Rio Grande e São José do Norte. O estudo dialoga com o projeto "Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do RS", desenvolvido entre 2019 e 2023, com o objetivo de sistematizar informações sobre tais parcerias no contexto dos 497 municípios mencionados, e com a finalidade de ampliar o acesso a dados educacionais relativos à presença privada na educação pública.

O mapeamento foi desenvolvido considerando alguns problemas enfrentados por pesquisadores(as) para obter informações sobre a inserção do setor privado na educação pública e foi conduzido por pesquisadores(as) de três universidades federais do sul do Brasil. Com a sua conclusão, foi criado o "Banco de Dados de Parcerias Público-Privadas em Educação no RS", que reúne informações sobre os 497 municípios do estado, permitindo a identificação e a análise das ações desenvolvidas entre o setor público e o privado, conhecendo-se, a partir dele, as principais instituições empresariais envolvidas.

Em face dos constructos metodológicos que o mapeamento alcançou, iniciou-se um projeto de pesquisa denominado "As Parcerias Público-Privadas como Política Educacional: fundamentos teóricos, políticos e pedagógicos". Esse projeto se vale dos mesmos procedimentos metodológicos do mapeamento anterior e busca analisar a permeabilidade do setor privado na educação pública, partindo das publicações nos sítios eletrônicos oficiais, geridos por órgãos públicos, como a

prefeitura municipal, as secretarias de educação etc. Contudo, o recorte da pesquisa atual se limita aos municípios de Rio Grande (RS) e de São José do Norte (RS) por algumas razões: a) o Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do RS promoveu a sistematização de procedimentos metodológicos que estão sendo disponibilizados em eventos científicos e em periódicos para a discussão no campo, a fim de que sofra o saudável exercício da crítica. Além disso, pesquisadores(as) de mestrado e de doutorado, ligados(as) a diversos grupos de pesquisa, promovem estudos em diversos municípios do Rio Grande do Sul, fazendo uso dos instrumentos metodológicos do Mapeamento, o que coloca a necessidade de recortes analíticos, considerando as diferentes regiões do estado; b) ao analisar, objetivamente, as ações, no campo educacional, entre 2021 e 2024, nessas cidades, em período que corresponde a uma gestão municipal, podemos observar que foram governadas por partidos ligados ao espectro político da direita e encontramos uma mudança qualitativa na relação entre o poder público e as instituições privadas com fins mercadológicos junto à educação. Essa mudança se expressa, basicamente, na realização de eventos voltados aos(as) professores(as) e aos(as) estudantes da educação básica, cujo objetivo foi o fomento da inovação e do empreendedorismo, sendo apoiados, patrocinados ou organizados por instituições ligadas ao capital, o que demonstra não só o interesse privado no conteúdo da educação pública, como também a atuação estratégica direcionada ao conjunto dos sujeitos políticos que nela operam.

Em termos metodológicos, a definição mais adequada aproxima-se de um estudo exploratório, transcorrido por meio da interação e da coleta de dados na *internet*, valendo-se de métodos e de instrumentos de pesquisa on-line para buscar dados gerais e educacionais dos municípios analisados. De forma complementar, esse mesmo procedimento foi utilizado para acessar notícias publicadas em sítios eletrônicos oficiais no período estipulado (2021 a 2024), as quais mencionam a participação privada na educação básica e pública. As análises compartilhadas neste artigo restringem-se às notícias mapeadas e ao caráter qualitativo referente ao seu conteúdo, que demonstram as múltiplas formas de atuação do setor privado no âmbito da educação pública.

Desse modo, o ponto central do texto reside na apresentação das ações privatistas realizadas nos municípios supracitados. Para isso, levam-se em conta seus aspectos qualitativos, isto é, a caracterização dos eventos e dos temas trabalhados, o que é apresentado na terceira parte sob a forma de categorias como empreendedorismo e inovação na educação. Essa descrição é precedida de uma síntese acerca das dinâmicas que envolvem a política educacional no Brasil, que, nas últimas décadas, vem sendo fortemente influenciada por Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), que controlam o conteúdo educacional, ligados ao empresariado. Por fim, busca-se evidenciar que as formas de privatização na educação, nos dois municípios do extremo sul do Brasil, apresentam aspectos comuns e distintos, se comparados a outras regiões do país, e têm sido conduzidas por ampla atuação de instituições ligadas ao “Sistema S”.

AS DINÂMICAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA AGENDA PRIVATISTA NO BRASIL

Passadas as duas primeiras décadas do século XXI, a educação brasileira convive com as consequências mais nefastas de duas crises distintas, mas articuladas. Nesse sentido, a recomposição burguesa, operada, desde o ano de 2008, com manifestações globais, dada a hegemonia sobre a qual se assentam as relações de produção capitalistas em escala mundial, encontrou, no período pandêmico, um campo fértil para sua radicalização. Além disso, as transformações estruturais ocorridas no capitalismo contemporâneo, fruto das incapacidades do próprio modo de produção de fomentar soluções positivas para suas próprias contradições (Mészáros, 2009), agravam-se nos limites de economias fundadas em processos de trabalho altamente explorados. Tal função, diante das dinâmicas econômicas internacionais, tem sido não só a exportação de *commodities*, mas também a retirada do mais-valor oriundo das altas taxas de exploração do trabalho, bem como a perpetuação de mecanismos de acumulação rentista que vigoram no país.

Expressões mais elementares da crise, no contexto da Política Educacional brasileira, podem ser verificadas, a princípio, pela imposição empresarial-conservadora (Gonçalves, Moreira, 2023), a qual está calcada na difusão do empreendedorismo como horizonte formativo escolar, mediado por competências socioemocionais e habilidades digitais tratadas como novos códigos da modernidade, que estão limitados a proporcionar a inserção precária de crianças e de jovens em um mundo de incertezas no que se refere ao trabalho e aos mínimos direitos da cidadania. Ademais, as reformas educacionais focalizadas na privatização do conteúdo educacional (Peroni, 2018) conduzem a um explícito alinhamento do currículo escolar, da formação de professores(as), do financiamento educacional, da gestão escolar e do próprio sistema de avaliação das diretrizes impostas pelo capital, representado por uma série de institutos, fundações, centros, associações sem fins lucrativos, que atuam organicamente nos principais espaços de formulação das políticas públicas educacionais, como o Ministério da Educação (MEC).

Embora a influência privada na Política Educacional brasileira não seja necessariamente nova, pode-se dizer que a sua radicalização foi acelerada desde o ano 2016, quando o contexto político brasileiro se inclinou fortemente à direita, marcado, entre outros fatores, pelo impedimento de Dilma Rousseff. Desde então, ações como a Lei n. 13.415/2017 – Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017), a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (Bncc) (Brasil, 2017a), a implementação do Novo Fundeb (Brasil, 2020), com gatilhos relacionados às metas de gestão, e a toda imposição tecnológica e digital promovida, desde o período pandêmico, têm acelerado o alinhamento da educação ao atual estágio de acumulação capitalista, reduzindo a formação escolar ao limitado ensino de competências e habilidades, o que destitui o seu sentido básico e universal.

Objetivamente, essas reformas vêm sendo possíveis devido às coalizões formadas entre as diferentes esferas dos governos, os sujeitos privados (individuais e coletivos), as associações ligadas às secretarias de educação (Undime, Consed), os movimentos empresariais, entre outras organizações. Estas são arranjos políticos que exercem papel decisivo na estruturação das reformas educacionais, as quais ganham terreno pela ampliação da hegemonia empresarial, fortalecida em

uma visão ideologizada que trata administração pública como esfera limitada para dinamizar as políticas voltadas à educação, uma vez que não dispõe de todos os instrumentos institucionais capazes de garantir reformas modernizantes de acordo com as diretrizes do mercado⁴.

Assim, o que se observa é a consolidação de uma espécie de governança corporativa na educação (Pereira, 2019), a qual combina modelos da gestão pública e da privada para obter maior eficiência no gasto público, em busca de metas e de resultados aferíveis nas avaliações externas; proporcionando, assim, confiança à população interessada na educação pública. Nesses termos, a governança corporativa não colide com os instrumentos de gestão vinculados a qualquer empresa privada, voltada para obtenção de lucro e, por isso, próxima da crítica de Sakata (2023), que vincula a noção de governança corporativa às práticas de Aparelhos Privados de Hegemonia, uma vez que seu *modus operandi* não está circunscrito à definição de políticas focalizadas, mas age estrategicamente sobre a totalidade da política de educação, para que, por intermédio dela, seus interesses se tornem hegemônicos.

É importante levar em conta a especificidade da ação política e estratégica que transcorre de Aparelhos Privados de Hegemonia, pois isso revela o caráter de classe das organizações empresariais e privadas que incidem, direta ou indiretamente, na formulação e na execução das políticas educacionais. Considerando os estudos de Coutinho (1992), cuja base são as formulações de Antônio Gramsci, podemos dizer que, por Aparelhos Privados de Hegemonia, compreendem-se determinados organismos materiais situados na esfera da sociedade civil, cuja função precípua é a produção e a difusão de estruturas ideológicas capazes de estabelecer consensos pela via do consentimento voluntário. Nesse sentido, a prática de Aparelhos Privados de Hegemonia difere-se das formas coercitivas pelas quais o Estado age e amplia a noção da política para além das funções burocráticas estatais, aproximando-se de organizações civis que promovem a coesão social, como as escolas, os partidos, as igrejas etc.

Entretanto, ao ocuparem lugar central na difusão das ideologias dominantes, os Aparelhos Privados de Hegemonia, que estão radicados no compromisso com a perpetuação do modo de produção capitalista, possuem algumas características: a) embora tenham relativa autonomia em relação ao Estado, pois são organizações coletivas e voluntárias, os Aparelhos Privados de Hegemonia são atravessados por projetos societários que estão em disputa e, em certo sentido, operam no âmago da luta de classes. Nesse sentido, suas funções corroboram o predomínio da classe dominante como hegemônica na condução do Estado; b) estrategicamente, os Aparelhos Privados de Hegemonia, arraigados no seio do capital, trabalham na formulação e na disseminação de ideias que correspondam, no limite, aos fundamentos que permitem a renovação e a manutenção do próprio capitalismo, desde a defesa irrestrita dos modos mais precários da organização do

⁴ Ao analisar os movimentos que deram origem à ONG Todos pela Educação, no início do século XXI, (Leher, 2014) afirma que as fundações, associações sem fins lucrativos e institutos ligados ao empresariado partiram de um diagnóstico unilateral, que estabelecia relação causal entre a falta de qualidade e a oferta estatal da educação. Para o autor, os empresários entendiam que “os educadores fracassaram, a escola foi generalizada, mas é uma escola pública sem qualidade e que não permite inserir o Brasil no mundo globalizado” (p. 169). Tal diagnóstico passa a justificar a ampliação privada nos espaços de formulação das políticas educacionais, cada vez mais caracterizadas por fundamentos que sustentam uma formação humana atrelada aos interesses capitalistas.

trabalho (como o empreendedorismo), até sua influência direta em órgãos de Estado (como ocorre, hoje, no Brasil, entre outros casos, quando a Fundação Lemann indica seus prepostos para ocupar cargos no Ministério da Educação); c) o papel intelectual dos Aparelhos Privados de Hegemonia se materializa em estreita relação com os objetivos definidos pelos grupos dominantes, ou, nas palavras de Gramsci:

Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, ou seja, do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (Gramsci, 2000, p. 20).

No Brasil, pode-se dizer que os modos de atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia não obedecem, necessariamente, ao sentido voluntário que os marca, mas sua existência deve ser analisada por atravessamentos e por relações promíscuas entre instituições públicas e privadas (Saviani, 2010), que caracterizam a formação social e política do país. Isso significa que a atribuição intelectual dos Aparelhos Privados de Hegemonia é forjada em um amálgama que reúne o poder político e grupos dominantes que, há muito, controlam a economia, a política, a cultura e as formas ideológicas aqui encontradas.

Portanto, pode-se dizer que as expressões fenomênicas que derivam de coalizões nominadas como Governança Corporativa na educação, forjadas na ação política empresarial de Aparelhos Privados de Hegemonia e suas relações no âmbito do Estado, têm atuação complexa que se ramifica em movimentos locais e globais, estruturados pelo controle da agenda educacional, conforme é tratado por Dale (2004). Nesse sentido, na esteira de Peroni (2018), há de se distinguir os sujeitos privados que focalizam sua prática nas instâncias da formulação das políticas educacionais daqueles que, ao contrário, atuam na execução da proposta. Em que pese essa diferenciação meramente didática para a delimitação das organizações e como constroem suas agendas políticas (*advocacy*), isso não significa que haja divergência em termos do conteúdo educacional das reformas, pois se trata de ação estratégica que vincula, de forma explícita, os ditames do estágio atual do desenvolvimento capitalista à consecução da política educacional sob múltiplas formas de privatização na educação. E, entre as práticas que buscam difundir princípios dos distintos processos de privatização na educação, podemos mencionar aquelas que disseminam o empreendedorismo e a inovação, os quais são impulsionados por aparelhos privados e serão analisados a seguir.

A AGENDA PRIVATISTA NA POLÍTICA EDUCACIONAL EM MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL

Nesta seção, apresentamos o conjunto de notícias mapeadas em sítios eletrônicos geridos pelo poder público (prefeituras) relacionadas à educação (2021-2024) e que envolvem a participação do setor privado empresarial, conforme o Quadro 1. A exposição adotada é categorial, levando à aproximação de eventos noticiados de determinados temas, a fim de identificar o grau de importância atribuída a cada assunto trabalhado e, ao mesmo tempo, expor métodos, público-alvo, além de outras caracterizações. Nesse sentido, a forma de apresentação das notícias é

descritiva, com a finalidade de mostrar ao(à) leitor(a) o conteúdo das ações e os modos como são noticiadas pelo poder público, o que, em geral, é feito com conotações positivas acerca da presença de organizações privadas na educação pública.

Em explícita relação com o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, os temas mais difundidos nas ações mapeadas são o empreendedorismo e a inovação na educação, os quais têm sido incentivados por meio de eventos voltados ao público escolar, e visam à produção de soluções inovadoras e tecnológicas em troca de prêmios, principalmente quando relacionados aos(às) estudantes e aos(às) professores(as).

Quadro 1: Notícias mapeadas nos sites oficiais de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS (2021 a 2024)

Título	Categoria	Data da Publicação	Link de Acesso
Secretário adjunto da educação recebe dirigentes do Sesc e Senac para apresentação de propostas futuras de parcerias em projetos	Outras Agendas	18/06/2021	https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/secretario-adjunto-da-educacao-recebe-dirigentes-do-sesc-e-senac-para-apresentacao-de-propostas-futuras-de-parcerias-em-projetos/
Jornada Pedagógica online "Diálogos Multiculturais"	Inovações na Educação	19/07/2021	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/jornada-pedagogica-online-dialogos-multiculturais
Professora de língua portuguesa semifinalista da OLP	Inovações na Educação	08/10/2021	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/professora-de-lingua-portuguesa-semifinalista-da-olp
Smec divulga que estão Abertas as Inscrições para o Programa Jovem Aprendiz Rural 2022	Empreendedorismo na educação	26/10/2021	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/smec-divulga-que-estao-abertas-as-inscricoes-para-o-programa-jovem-aprendiz-rural-2022
Eventos sobre inovação e empreendedorismo devem marcar início do ano letivo em Rio Grande	Inovações na Educação	19/01/2022	https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/eventos-sobre-inovacao-e-empreendedorismo-devem-marcar-inicio-do-ano-letivo-em-rio-grande/
Aprovação da lei das PPP's abre novos caminhos para o			https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/aprovacao-da-lei-

desenvolvimento de Rio Grande	Inovações na Educação	14/02/2022	das-ppps-abre-novos-caminhos-para-o-desenvolvimento-de-rio-grande/
Estudantes da rede municipal são apresentados ao Programa Cidade Empreendedora	Empreendedorismo na educação	16/03/2022	https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/estudantes-da-rede-municipal-sao-apresentados-ao-programa-cidade-empREENDEDORA/
Sebrae e Smec Realizam palestra para alunos do 9º ano e.f. da rede municipal	Empreendedorismo na educação	21/03/2022	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/sebrae-e-smec-realizam-palestra-para-alunos-do-9o-ano-e-f-da-rede-municipal
Alunos das Escolas Municipais de São José do Norte Visitam o Parque de Dinossauros do Sebrae-RS	Empreendedorismo na educação	10/08/2022	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/alunos-das-escolas-municipais-de-sao-jose-do-norte-visitam-o-parque-de-dinossauros-do-sebrae-rs
Alunos de 9º ano das escolas rurais participam de oficina do Sebrae em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Empreendedorismo na educação	24/08/2022	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/alunos-de-9o-ano-das-escolas-rurais-participam-de-oficina-do-sebrae-em-parceria-com-a-secretaria-municipal-de-educacao-e-cultura
Jornada Pedagógica: Inovação e Conexão como Caminho de Transformação	Inovações na Educação	02/03/2023	https://www.riogrande.rs.gov.br/smed/?p=44142
Prêmio Educador Transformador	Empreendedorismo na educação	16/04/2023	https://www.instagram.com/p/crhjn37lwm6/
CriaRG 2023: Evento se encerrou com animada cerimônia de premiação	Inovações na Educação	30/11/2023	https://criarg.com.br/index.php/2023/11/30/criarg-2023-evento-se-encerrou-com-animada-cerimonia-de-premiacao/
O projeto EJA Profissionalizante formou sua primeira turma no curso	Empreendedorismo na educação	21/07/2023	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/33663/33663?titulo=projeto+eja+profissionalizante+forma+sua+primeira+turma

de instalação elétrica residencial			
Secretaria de Educação convida para o 2º Seminário Internacional Sesc de Educação 2023	Inovações na Educação	27/02/2023	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/secretaria-de-educacao-convida-para-o-2o-seminario-internacional-sesc-de-educacao-2023
Sebrae e Smec de São José do Norte, realizam missão piloto “Inovar na Educação”	Inovações na Educação	13/04/2023	https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/sebrae-e-smec-de-sao-jose-do-norte-realizam-missao-piloto-inovar-na-educacao
Segunda edição da jornada Pedagógica da SMEd acontece nesta sexta-feira 05	Inovações na Educação	05/03/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/34613?titulo=segunda+edi%C3%A7%C3%A3o+da+jornada+pedag%C3%B3gica+da+smed+acontece+nesta+sexta-feira+%28%29
Jornada Pedagógica: SMEd dá início a ano letivo escolar com evento educativo e cultural	Inovações na Educação	12/03/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/34637/34637?titulo=jornada+pedag%C3%B3gica%3a+smed+d%C3%A1+in%C3%ADcio+a+ano+letivo+escolar+com+evento+educativo+e+cultural
Em reunião com representantes do Sinterg, SMED elenca avanços alcançados nos últimos 30 dias	Inovações na Educação	12/04/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/34774?titulo=em+reuni%C3%A3o+com+representantes+do+sinterg%2c+smed+elencia+avan%C3%A7os+alcan%C3%A7ados+nos+%C3%BAltimos+30+dias
RG ComuniCAA: após apresentação do projeto, escolas recebem materiais de Comunicação Aumentativa e Alternativa	Inovações na Educação	30/04/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/34837/34837?titulo=rg+comunicaa%3a+ap%C3%B3s+apresenta%C3%A7%C3%A3o+do+projeto%2c+escolas+recebem+materiais+de+comunica%C3%A7%C3%A3o+aumentativa+e+alternativa

Smed promove II Fórum Municipal Da Educação Infantil na próxima semana	Inovações na Educação	30/04/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/34836/34836?titulo=smed+promove+ii+f%3%b3rum+municipal+da+educa%3%a7%3%a3o+infantil+na+pr%3%b3xima+semana
Secretaria de Cultura e Sesc oferecem teatro gratuito a alunos da Rede Municipal de Ensino	Outras Agendas	25/06/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/35196/35196?titulo=secretaria+de+cultura+e+sesc+oferecem+teatro+gratuito+a+alunos+da+rede+municipal+de+ensino
SMEd recebe doação de 27 computadores do Banrisul	Inovações na Educação	28/06/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/35214/35214?titulo=smed+recebe+doa%3%a7%3%a3o+de+27+computadores+do+banrisul
Equipe vencedora do CriaRG Hackathon 2023 irá participar do Programa de Pré-incubação Inovatio da FURG	Inovações na Educação	22/07/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/35278/35278?titulo=equipe+vencedora+do+criarg+hackathon+2023+ir%3%a1+participar+do+programa+de+pr%3%a9-incuba%3%a7%3%a3o+inovatio+da+furg
CriaRG 2024 Evento preliminar com mentoria de equipes e atividade de cocriação de projetos dá início a disputa do hackathon	Inovações na Educação	05/08/2024	http://riogrande.rs.gov.br/noticia/35306/35306?titulo=criarg+2024%3a+evento+preliminar+com+mentoria+de+equipes+e+atividade+de+cocria%3%a7%3%a3o+de+projetos+d%3%a1+in%3%adcio+a+disputa+do+hackathon

Fonte: Os autores

EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO

Em geral, a educação tem sido cada vez mais atravessada por discursos e práticas voltadas ao empreendedorismo, especialmente quando integradas à execução de diferentes modos de privatização, como as parcerias público-privadas. Nos municípios analisados, diversas iniciativas têm evidenciado esse movimento, articulando formação de professores(as), ações com estudantes e projetos de qualificação profissional. As notícias a seguir apresentam exemplos concretos de como essa lógica empreendedora se inseri no cotidiano escolar.

Dessa forma, a primeira notícia trata de uma reunião realizada para a discussão e a elaboração do "Programa Cidade Empreendedora", iniciativa voltada ao fortalecimento do empreendedorismo local. Durante o encontro, foi apresentada a proposta inicial do programa, que previa a realização de, ao menos, dois grandes eventos sobre o tema. O primeiro seria destinado aos(as) alunos(as) da rede pública, com o objetivo de estimular o empreendedorismo desde a educação básica; o segundo seria voltado aos(as) professores(as), buscando capacitá-los(as) para integrar metodologias de empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

A segunda notícia destaca uma palestra promovida para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, com foco no "Programa Cidade Empreendedora". O objetivo do programa é disseminar metodologias voltadas ao empreendedorismo, capacitando os(as) professores(as) para aplicá-las em sala de aula. A palestra buscou despertar nos(as) alunos(as) o interesse por práticas empreendedoras, incentivando a criatividade, a autonomia e a visão estratégica para a resolução de problemas. Dessa forma, a iniciativa não apenas promove o ensino do empreendedorismo, mas também busca promover a adaptação dos jovens frente às contradições sociais, como a diminuição dos postos no mercado de trabalho e a dificuldade para consolidar sua vida profissional.

A próxima notícia trata do Prêmio Educador Transformador, o qual busca identificar, reconhecer, valorizar e divulgar projetos educacionais inovadores alinhados à Educação Empreendedora. A premiação foi destinada a iniciativas implementadas por professores(as) em instituições de ensino públicas e privadas de todo o país que tivessem desenvolvido práticas pedagógicas que promovessem os princípios do empreendedorismo entre os(as) estudantes. Essa ação é fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (Smed/Rio Grande) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A quarta notícia encontrada refere-se à parceria entre a Prefeitura do Rio Grande (RS), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para a qualificação profissional de alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas municipais. O projeto EJA Profissionalizante formou sua primeira turma no curso de instalação elétrica residencial, com 23 alunos(as) das escolas municipais de Ensino Fundamental França Pinto, Mate Amargo e Rui Poester Peixoto. A cerimônia contou com a presença de representantes da Secretaria Municipal da Educação e de representantes do Sesi e do Senai. Além da formação, três alunos receberam bolsas para cursar o Ensino Médio na Escola do Sesi. O projeto buscou a inserção de jovens no mercado de trabalho e teve continuidade com novas turmas, oferecendo 30 vagas para o segundo semestre de 2023.

A notícia que segue tratou da abertura das inscrições para o Programa Jovem Aprendiz Rural 2022, divulgada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec – São José do Norte). O programa, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), em parceria com a empresa Âmbar Florestal, objetivou o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas às atividades do campo. Com carga horária total de 800 horas, o curso foi realizado, presencialmente, entre fevereiro e setembro de 2022, e contemplou estudantes alfabetizados(as), com idades entre 14 e 24 anos, com residência na zona rural do município.

Entre as notícias, consta uma palestra denominada "Seu Futuro nas suas mãos: empreendendo hoje para conquistar o amanhã", ministrada por um psicólogo e consultor do Sebrae. Realizado no polo universitário de São José do Norte, o evento contou com a presença de autoridades locais e almejou conscientizar os(as) alunos(as) do 9º ano sobre as oportunidades de um mercado digital em constante mudança. A iniciativa integrou os projetos Cidade Empreendedora e Educação Empreendedora, os quais incentivam a inovação e o empreendedorismo entre os(as) jovens.

A sétima notícia destaca, por seu turno, a chegada do Parque de Dinossauros do Sebrae RS ao município de São José do Norte (RS). A atividade, realizada no ginásio municipal de esportes Mário Malta, envolveu estudantes da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. A ação, que é parte do programa Cidade Empreendedora, utilizou o jogo educativo Dinolândia para ensinar conceitos de empreendedorismo e de gestão de recursos. A proposta visa estimular, desde cedo, competências socioemocionais nos(as) alunos(as).

A oitava notícia mapeada na categoria Empreendedorismo na Educação trata da realização do *Bootcamp*, uma oficina voltada para alunos(as) do 9º ano das escolas rurais. Promovida pelo Sebrae RS, em parceria com a Smec, a atividade ocorreu em duas localidades do interior do município e contou com 29 participantes. A oficina combinou mentorias e ferramentas de prototipagem para incentivar a criatividade e a busca por soluções para problemas locais, promovendo o desenvolvimento da cultura empreendedora entre os(as) jovens.

Como vimos, as iniciativas destacadas, embora diversas em formato e público, revelam um movimento articulado de inserção dos fundamentos do empreendedorismo na educação pública de Rio Grande (RS) e São José do Norte (RS). Desse modo, as ações voltadas ao empreendedorismo, à autonomia e à resolução de problemas passam a integrar o cotidiano da formação escolar com demandas advindas do mercado, alinhando a escola aos interesses de uma educação pautada por princípios como eficiência e produtividade. Trata-se de uma reconfiguração silenciosa (mas, nem tanto) do papel da educação, mediada por parcerias estratégicas e orientada por valores próprios do setor privado.

INOVAÇÕES NA EDUCAÇÃO

A noção de “inovação” tem se tornado um dos eixos centrais nas ações relacionadas às políticas educacionais. Sob esse termo, diversas iniciativas têm sido incorporadas ao cotidiano das redes públicas de ensino, legitimando práticas que se articulam a uma dinâmica de privatização sustentada por parcerias com o setor privado. Mais do que apenas uma atualização tecnológica ou metodológica, essas ações reconfiguram os modos de conceber a função social das escolas, subordinando-as às agendas externas que introduzem a eficiência, a competitividade e o cumprimento de metas, fundamentos próprios do mercado capitalista, como valores formativos.

Nessa categoria, a primeira notícia menciona a aprovação da Lei Municipal nº 8.743/22, em Rio Grande (RS), que regulamenta as parcerias público-privadas no município. Essa legislação criou o “Programa Municipal de PPP”, permitindo que a administração pública estabeleça parcerias com empresas privadas para promover o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

No contexto educacional, essa regulamentação abre caminho para projetos em parceria com organizações do setor privado, possibilitando investimentos em infraestrutura, em formação de professores(as), aumento de oferta de cursos profissionalizantes, entre outras iniciativas que inserem, na educação pública, a lógica privada.

A segunda notícia está relacionada à Jornada Pedagógica 2023, isto é, a um evento de formação voltado para professores(as) e gestores(as) de todas as etapas, níveis e modalidades de ensino em Rio Grande (RS). Durante a Jornada, foram disponibilizadas 700 vagas para diversas oficinas, contando com o apoio e o patrocínio de instituições como Sebrae, Livraria Vanguarda, Sesc, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), entre outras. Com base nas notícias, o evento buscou qualificar os(as) profissionais da educação a partir de debates e de oficinas sobre práticas pedagógicas inovadoras.

Nessa lógica de estimular a cultura da inovação, a terceira notícia se refere ao Projeto CriaRg Hackathon 2023. Tratou-se de um evento que reuniu estudantes da rede pública do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio (rede estadual), organizados(as) em equipes compostas por seis alunos(as) e um(a) professor(a) responsável. A ideia foi propor soluções para problemas do município de Rio Grande, tendo por base os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas⁵, bem como estimular o pensamento crítico e inovador dos(as) alunos(as), incentivando o desenvolvimento de soluções práticas para desafios reais da cidade, em alinhamento com os princípios da sustentabilidade e do empreendedorismo social. O projeto ofereceu premiação em dinheiro, tanto para os(as) estudantes participantes quanto para os(as) professores(as) orientadores(as) e foi promovido pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Prefeitura Municipal de Rio Grande, contando, ainda, com o patrocínio de diversas empresas, como Porto do Rio Grande, Banrisul, Refinaria Riograndense e Yara Brasil, além do apoio da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).

A quarta e a quinta notícias estão relacionadas à segunda edição da Jornada Pedagógica da SMED. A primeira anunciava a data, o local e as atividades e oficinas ofertadas na Jornada Pedagógica 2024. A segunda notícia tratou do evento em si, o qual foi promovido pela Secretaria da Educação (SMED), em parceria com o Sebrae, e reuniu aproximadamente dois mil docentes. O evento teve como objetivo fortalecer a educação por meio da conexão e da inovação, abordando temas como sustentabilidade, cultura, criatividade, cooperativismo e empreendedorismo.

A sexta notícia mapeada discorria sobre o projeto RG ComuniCAA, que promove a oferta de materiais de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) nas escolas municipais. Cada escola recebeu um banner inicial com 60 símbolos, além de acesso digital para reprodução do material. Financiado por parceiros como Unimed e Laboratório Gram, o projeto visa expandir a acessibilidade comunicativa para diferentes espaços públicos.

⁵ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável constituem um planejamento mundial formalizado em 17 objetivos, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental até 2030, o que perpassa pela erradicação da pobreza, pelo uso de energias limpas, pela educação de qualidade, além de outras áreas.

A próxima notícia trata do "II Fórum Municipal da Educação Infantil – Dialogando com quem faz: trocas entre os professores da Primeira Infância", realizado nos dias oito e nove de maio de 2024, no *Partage Shopping* Rio Grande. O evento, organizado pela Secretaria de Educação, Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Unimed e outras instituições, teve como público-alvo professores(as) e equipes gestoras da Educação Infantil e buscou qualificar as práticas pedagógicas por meio da troca de experiências entre educadores(as).

A oitava notícia informa sobre a doação de 27 computadores seminovos à Secretaria de Município da Educação (SMED) pelo Banrisul. A entrega ocorreu no dia 28 de junho e fez parte do Programa Sustentare, uma iniciativa do Governo do Estado, que destina equipamentos eletrônicos substituídos para doação ou descarte adequado. A doação foi formalizada pelo gerente geral da agência Rio Grande, Mauro Vinícius Silva, e contou com a presença do, então prefeito, Fábio de Oliveira Branco (Movimento Democrático Brasileiro) e de representantes da Secretaria Municipal de Educação.

A nona e a décima notícias abordaram o CriaRG Hackathon 2024, especialmente a equipe vencedora do CriaRG Hackathon 2023, pois ela participou do Programa de Pré-incubação Innovatio da FURG. Com o projeto Making Colors, que propôs a reutilização de óleo de cozinha para produzir tinta, os(as) estudantes da Escola Barão de Cerro Largo foram os(as) primeiros(as) contemplados(as) da edição. Organizado pela Innovatio, incubadora vinculada ao Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (Oceantec), o programa ofereceu orientação para o desenvolvimento dos projetos, abordando modelo de negócios, canais de distribuição e parcerias estratégicas.

O CriaRG Hackathon 2024 teve sua disputa iniciada com o evento preliminar CocriaRG, realizado entre seis e oito de agosto, no Oceantec da FURG. Durante o evento, as equipes participaram de mentorias com profissionais e de atividades de cocriação, visando aprimorar seus projetos. Ao todo, 30 equipes competiram no CocriaRG, sendo que 10 se classificaram para a fase final do Hackathon, que ocorreu nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2024. Conforme noticiado, o evento, inspirado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, buscou soluções inovadoras para tornar a cidade mais inclusiva, sustentável e humana.

A décima primeira, por sua vez, aborda a Jornada Pedagógica on-line "Diálogos Multiculturais", promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec), em parceria com o Sesc. O evento almejou refletir sobre as relações étnico-raciais e a educação antirracista. A Smec convocou, para participarem da jornada, professores(as), equipes pedagógicas e diretivas da rede municipal, além de convidar trabalhadores(as) da educação das redes estadual e privada, bem como da APAE.

A próxima notícia destaca que uma professora da rede municipal de educação foi semifinalista da 7ª Olimpíada de Língua Portuguesa. A Olimpíada se baseia no trabalho de professores(as) e estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas em todo o Brasil e é uma iniciativa do Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). Na etapa

semifinal, professores(as) e suas turmas participaram de atividades formativas e culturais após serem selecionados(as) na fase estadual.

A décima terceira notícia é sobre o 2º Seminário Internacional Sesc de Educação 2023, promovido pela instituição, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec). O evento ocorreu on-line entre seis de março e 26 de abril de 2024, com a oferta de 100 vagas para educadores(as) da rede municipal de São José do Norte. Segundo a notícia, o objetivo foi incentivar a formação continuada dos(as) profissionais da educação.

Por fim, a décima quarta notícia trata da missão-piloto "Inovar na Educação", realizada pelo Sebrae (RS) e pela Smec no âmbito do Programa Cidade Empreendedora. A iniciativa levou educadores(as) de São José do Norte para conhecer a escola Aldeia Lumiar, em Porto Alegre, que, segundo os(as) propositores(as), adota um modelo de ensino inovador, baseado em projetos. Durante a visita, os(as) alunos(as) compartilharam suas experiências de aprendizado, destacando a autonomia e o protagonismo no processo educativo. A missão também incluiu uma visita ao Instituto Caldeira de Inovação e a participação na aula de encerramento, no Espaço SebraeX, do Curso de Gestão Escolar. No entendimento da prefeitura, à época, a parceria com o Sebrae (RS) reforçava a educação empreendedora e o desenvolvimento de competências alinhadas à BNCC, bem como visava impulsionar políticas públicas para fortalecer o empreendedorismo nos municípios.

Desse modo, as descrições acima focalizam atividades de fomento à inovação como estratégia de transformação do ambiente escolar, o que se efetiva como consolidação de uma lógica gerencial e privada no espaço da escola pública. A recorrência de parcerias com empresas e a centralidade das competências focadas na inovação tecnológica indicam um deslocamento progressivo da escola como espaço de formação crítica e coletiva para um modelo funcional e adaptável às exigências do mercado. Sob o falso discurso da modernização, amplia-se a permeabilidade de interesses privados na esfera educacional, reconfigurando finalidades, redefinindo papéis e configurando o acesso ao direito à educação como sinônimo de performance e de resultados.

OUTRAS AGENDAS

Nesta breve seção, apresentamos notícias que não abordam, necessariamente, as categorias anteriores, mas refletem sobre a presença e a atuação de instituições privadas nos municípios estudados. São parcerias firmadas sob o argumento da qualificação, do acesso à cultura e da formação técnica e demonstram ampliação do escopo de atuação de entidades como o Sesc e o Senac dentro do espaço escolar. As notícias a seguir ilustram algumas dessas iniciativas implementadas na rede municipal de ensino de Rio Grande (RS).

Assim, a primeira trata de uma reunião solicitada pelos(as) representantes do sistema Fecomércio para a apresentação de propostas de futuras parcerias. Durante o encontro, o Sesc e o Senac apresentaram à Smed um conjunto de projetos voltados ao desenvolvimento de colaborações com a Prefeitura para os anos de 2021 e 2022. Conforme a notícia, o representante do Senac

utilizou o espaço para expor propostas voltadas à formação de professores(as) e de equipes técnicas, além da possibilidade de doações de cursos de educação profissional para alunos(as) da rede. O Sesc, por sua vez, apresentou projetos conjuntos nas áreas de cultura e de esporte, que poderiam beneficiar estudantes da Rede Pública. Entre as iniciativas destacadas, estavam o “Teatro a Mil” e o “Música a Mil”, espetáculos exclusivos para os(as) alunos(as) e voltados à formação de plateia. Além disso, foi apresentado o projeto de “Iniciação Esportiva”, que contemplava modalidades como skate e futsal.

Outra notícia encontrada menciona a realização de três sessões de teatro gratuitas para alunos(as) da rede municipal de ensino de Rio Grande (RS), promovidas pela Secretaria de Cultura, Esporte e Economia Criativa (Smceec), em parceria com o Sesc. O evento fez parte do projeto “Teatro a Mil” e ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 2024, contemplando um total de 1.020 estudantes. Os(as) alunos(as) assistiram ao espetáculo infantil “João Jiló”, apresentado pelo Grupo TIA, de Porto Alegre. Segundo o secretário Luis Henrique Drevnovicz, a realização do evento no município foi resultado de uma forte parceria com o Sesc, garantindo a inclusão de Rio Grande na programação cultural do projeto.

Embora as ações estejam associadas ao acesso à cultura e à formação profissional, elas, como as anteriores, também configuram um movimento estratégico de inserção de agentes privados nos processos decisórios e pedagógicos da escola pública. O que se apresenta como apoio, na prática, contribui para o esvaziamento do papel do Estado na garantia plena do direito à educação, transferindo responsabilidades, viabilizando múltiplas formas de privatização na educação (Rikowski, 2017) e impondo às instituições lógicas que acelerem os fluxos formativos que beneficiam, em última instância, o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de processos de privatização nos municípios de Rio Grande (RS) e de São José do Norte (RS) revela que, apesar das aparentes vantagens pontuais que podem surgir dessa colaboração, como o aprimoramento de infraestruturas e de metodologias de ensino, possíveis riscos para o futuro da educação pública devem ser considerados.

Com base nas notícias, percebe-se o forte envolvimento do Sistema S na educação dos municípios, havendo estratégicas interferências na formação de professores(as) e de estudantes, estes(as), vistos(as), desde já, como empreendedores(as), sendo que o impacto das atividades revela o espaço ocupado por tais temas no âmbito do currículo. Peroni (2018) alerta sobre essas decisões políticas em relação às parcerias público-privadas, como interferem no currículo das escolas e como operam um controle dos conteúdos, tendo em vista a consolidação de uma educação forjada nos interesses do mercado.

A autora recorre a Laval (2004), o qual apresenta os caminhos encontrados pelo capitalismo para aproximar objetivos das escolas e das empresas. Para ela, o autor

[...] apresenta várias formas de mecanização na educação: a que destina a escola a fornecer mão de obra adaptada às necessidades da economia; a intervenção mais direta das empresas na pedagogia, conteúdos escolares, validação das grades curriculares e diplomas, que pretende instituir nas escolas a lógica de mercado; empresas adotando escolas e interferindo nos seus programas educativos; publicidade, através de artigos escolares com logo da empresa; parcerias, como a compra e venda de grades curriculares (Peroni, 2018, p. 97).

Dinamizadas por intermédios dos interesses privados, as parcerias estabelecidas entre os anos de 2021 e 2024 pretenderam não só dividir as responsabilidades entre prefeituras e instituições privadas, mas também interferir no cerne da formação de professores(as) e de estudantes, impetrando, à luz de temas como a inovação e o empreendedorismo, os fundamentos de uma política educacional alinhada ao estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pela precarização das condições dos(as) trabalhadores(as) (vistos(as), agora, como empreendedores(as), pelo enfraquecimento das políticas de proteção social e por um incremento tecnológico que opera em sintonia com a superexploração do trabalho mediante artifícios como a plataformização, por exemplo⁶.

Por outro lado, as notícias mapeadas revelam, no Brasil, o protagonismo de instituições com atuação estratégica no âmbito da educação pública e com larga trajetória junto ao capital produtivo. Para além de organizações focalizadas, as instituições ligadas ao Sistema S têm ampliado seu raio de atuação e chegado à escola pública com amplos programas de dimensões multissetoriais, que interligam o setor privado, os órgãos públicos e as organizações sociais, com o intuito de forjar consensos em torno de agendas educativas pró-mercado, seja no campo ou na cidade, seja no mundo rural ou no urbano.

É justamente por esse aspecto que consideramos, na atualidade brasileira, o Sistema S como um importante Aparelho Privado de Hegemonia no contexto da educação pública. Com base em Gramsci, Coutinho (1992) afirma que não há hegemonia sem direção política e intelectual que seja capaz de traduzir, ideologicamente, o sentido a ser trilhado pela classe que luta por transformação social. Contudo, a construção de hegemonia opera objetivamente, isto é, “a partir do conjunto de organizações materiais que compõe a sociedade civil enquanto esfera do ser social” (p. 78).

Sendo parte constitutiva da objetividade material que articula a sociedade civil e a classe política, isto é, o Estado, os Aparelhos Privados de Hegemonia guardam uma autonomia relativa sobre a sua dimensão coercitiva, o que não se aplica à sua dimensão ideológica. Por isso, parece-nos pacífica a discussão de que, no transcorrer da atualidade da política educacional brasileira, sobretudo relativa aos temas que envolvem a inovação e o empreendedorismo, as instituições como

⁶ De um ponto de vista relacionado à Sociologia do Trabalho, Tonelo (2021) aponta que o atual estágio do desenvolvimento capitalista em crise pode ser caracterizado por três aspectos: a) levar às últimas consequências as perdas sofridas pela estabilidade do trabalho; b) desenvolver distintas formas de atomização laboral; e c) produzir desencontros no/do mundo do trabalho e radicalizar contradições como machismo, dinâmicas migratórias, racismos etc.

Sebrae, Sesi, Sest, Senat, além de outras mencionadas nas notícias, operam em favor do fortalecimento de um direcionamento político e pedagógico que unifique a formação escolar e o desejo “imperioso” do capital.

Em se tratando de instituições forjadas em relações entre o setor público e o privado, com claras inclinações às lógicas de mercado e, ao mesmo tempo, próximas das estruturas de governança que formulam as concepções presentes nas políticas educacionais, não se pode subestimar o Sistema S, atribuindo-lhe o papel de mero executor de atividades, embora isso ocorra, como vimos, devido às ações desenvolvidas por consultores *in locu*. Possivelmente, um desafio futuro seja a ampliação da investigação para analisar a atuação estratégica das instituições do Sistema S na formulação de políticas educacionais.

Por ora, apesar de essas “colaborações” se apresentarem como uma oportunidade para complementar o trabalho das redes de ensino e das escolas, suas práticas acabam priorizando processos formativos que reproduzem uma visão de mundo ligada aos negócios, regida por princípios como eficiência ou rentabilidade, em detrimento do desenvolvimento integral e crítico de professores(as). Para o bem do caráter público da/na educação, é crucial romper com essas parcerias, e, assim, fortalecer os princípios sociais da educação pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 108, de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 21 jun 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular. 2017a**. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 de jul. 2025.

CASIMIRO, Flavio Henrique. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos. **Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MOREIRA, Jani Alves da S. Análise das orientações políticas para o ensino médio no Brasil (1998-2012): ofensiva empresarial-conservadora sobre a formação da juventude. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022004, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659809>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma Empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Ed. Planta, 2004.

MESZAROS, Istvan. **Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 123-146, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4663>. Acesso em: 30 mar. 2025.

PERONI, Vera. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, Vera. LIMA, Paula Valim. KADER, Carolina. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 73-104.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 393-414, 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SAKATA, Kelly Leticia da Silva. A governança e as políticas educacionais brasileiras: atuação dos aparelhos privados de hegemonia. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 2, p. 739-757, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68710>. Acesso em: 10 maio 2025.

SAVIANI, Dermeval. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória, Edufes, 2010.

TONELO, Iuri. **No entanto ela se move**: a crise de 2008 e as nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo / Iskra, 2021.

Recebido em: 17 de junho de 2025

Aprovado em: 30 de outubro de 2025